

COMISSÃO DE CULTURA
REQUERIMENTO N° , D 2021.

(Da Sra. Alice Portugal)

Requer que a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados seja signatária do MANIFESTO PELA DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS, com o objetivo de fortalecer a defesa das garantias legais e a mobilização para a construção e efetivação de políticas públicas indigenistas democráticas.

Senhora Presidenta,

Requeiro, nos termos do Regimento interno da Câmara dos Deputados, que a Comissão de Cultura seja signatária do MANIFESTO PELA DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS, em anexo, com o objetivo de fortalecer a defesa das garantias legais e a mobilização para a construção e efetivação de políticas públicas indigenistas democráticas.

Sala da Comissão, em de abril d 2021.

Alice Portugal

Deputada Federal – PCdoB/BA

MANIFESTO PELA DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Acampamento Terra Livre 2021 “Nossa luta ainda é pela vida. Não é apenas um vírus” Nós, parlamentares, indígenas de diversos povos, organizações da sociedade civil e apoiadores, participantes do ATO EM DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS, evento que marca a nossa participação



no Acampamento Terra Livre 2021, com o tema "Nossa luta ainda é pela vida. Não é apenas um vírus", viemos através deste Manifesto ressaltar a nossa preocupação com a situação dos povos indígenas do nosso país e reafirmar a nossa resistência.

Os povos indígenas são considerados historicamente os mais vulneráveis do mundo. A pandemia do novo coronavírus veio revelar ainda mais a vulnerabilidade desses povos, que somada a ausência proposital do governo federal em efetivar os direitos constitucionais e infraconstitucionais conquistados por muita luta, derramamento de sangue e perda de vidas das principais lideranças há pelo menos 521 anos.

Desta forma, a pandemia, junto com o enfraquecimento dos órgãos de proteção ambiental, incentivaram o aumento exarcebado das invasões, do garimpo, do desmatamento ilegal das terras indígenas e das ameaças à vida dos povos indígenas e dos defensores de direitos humanos desses povos.

Esta realidade não apenas agrava a vulnerabilidade existente pelo potencial contato com invasores, doenças infectocontagiosas, mas também os expõe à violência e ameaça em uma batalha cada vez mais difícil pela defesa do seu território e dos recursos naturais contra o avanço de atividades ilícitas. Neste contexto, os povos isolados, também, merecem uma atenção especial, por optaram pelo não contato com a sociedade ao seu redor, e necessitam de proteção ainda mais rigorosa dos seus territórios.

Mais uma vez ressaltamos, com muita indignação, a ausência pelo atual governo de uma política indigenista que promova e fortaleça os direitos dos povos indígenas, garantindo a demarcação e proteção das terras indígenas, a proteção social, o etnodesenvolvimento, o estabelecimento de ações de monitoramento, fiscalização e gestão ambiental e territorial, e também a divulgação de informações concretas sobre a realidades desses povos.

Nos solidarizamos com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e suas lideranças contra qualquer ataque que queira deslegitimar sua representação e atuação na defesa dos povos indígenas.

Sendo assim, como parte da agenda da Acampamento Terra Livre virtual, e das violações aos direitos dos povos indígenas na Constituição Federal, os participantes deste Ato assinam o presente Manifesto e convidam o povo brasileiro para o fortalecimento da defesa das garantias legais e a mobilização para a construção e efetivação de políticas públicas indigenistas democráticas, com a garantia da participação dos povos indígenas!

Brasília/DF, 08 de abril de 2021.

